



SGEL / ALMT
Folha Nº <u>03</u>
Rub. <u>4</u>

Escola da Magistratura Mato-grossense

PROPOSTA

**PROGRAMA DE CAPACITAÇÃO E APERFEIÇOAMENTO DE SERVIDORES DA
ASSEMBLEIA LEGISLATIVA DO ESTADO DE MATO GROSSO**

CURSOS IN COMPANY

**CUIABÁ/MT
FEVEREIRO/2021**

[i] Institucional

Identificação do proponente: Escola da Magistratura Mato-grossense – Emam.

Razão social: Associação Mato-grossense de Magistrados – Amam.

CNPJ: 03.750.478/0001-27.

Endereço: Rua Dr. Hélio Ribeiro, bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78.048-250, telefones 65 3631-4252 / 3631-1414

Presidente da Amam: Dr. Tiago Souza Nogueira de Abreu

E-mail: amam@amammt.com.br

[ii] Contato institucional

Diretor-Geral da Emam: Dr. Gerardo Humberto Alves da Silva Junior

Diretor de Ensino: Dr. Jamilson Haddad Campos

Diretor de Pesquisa: Dr. Jeverson Luiz Quintieri

Diretor de Extensão: Dr. Eduardo Calmon de Almeida Cezar

Endereço: Rua Dr. Hélio Ribeiro, bairro Alvorada, Cuiabá/MT, CEP 78.048-250, telefones 65 3631-4252 / 3631-1414

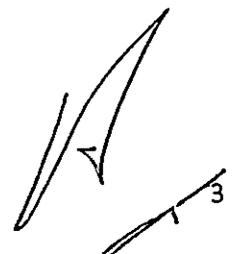
E-mail: emam@amammt.com.br

[iii] Proposta

A Escola da Magistratura Mato-grossense – Emam tem como missão estimular o desenvolvimento do ensino jurídico, sendo reconhecida como instituição educacional inovadora com o compromisso de desenvolvimento estadual e nacional de alta qualidade.

Nesse sentido, a Emam apresenta direcionamento geral para o sistema de formação e aperfeiçoamento de magistrados, servidores e bacharéis, a partir de diretrizes para a atuação profissional.

Cabe ressaltar que a Amam, da qual a Emam é integrante, é uma associação declarada de utilidade pública estadual pela Lei n. 3.595/74, bem como declarada de utilidade pública municipal em decorrência da Lei n. 4.922/06.



Por sua vez, dentre as principais atribuições da Emam podemos destacar: a) planejamento, execução e coordenação de ações educacionais; b) elaboração de normas e diretrizes concernentes à formação e ao aperfeiçoamento jurídico; c) credenciamento e acompanhamento de cursos.

De outro norte, cabe mencionar que a presente proposta visa à oferta de 10 (dez) cursos estruturados e especialmente desenhados para atender o público interno de servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso.

Partindo do princípio dos sucessivos equilíbrios e desequilíbrios que ocorre no processo de ensino aprendizagem, a avaliação da ensinagem, aqui proposta, se volta a partir de uma avaliação diagnóstica e reconhecer os conhecimentos prévios dos participantes, de forma a contextualizar as discussões, além de contribuir para uma possível mudança de rumo do planejamento das aulas e atender as expectativas dos servidores.

Nessa perspectiva, a partir desse diagnóstico, a avaliação do aluno ocorrerá em todos os momentos, mediante os diversos instrumentos e procedimentos avaliativos, articulados com os objetivos propostos.

Intervenções pedagógicas e feedbacks individuais e coletivos possibilitarão ao professor avaliar a capacidade dos alunos, de aplicarem os conhecimentos construídos ao longo das ações educativas, uma vez que o sistema avaliativo aqui definido procurará reproduzir ao máximo as situações que exigirão a aplicação dos conhecimentos adquiridos.

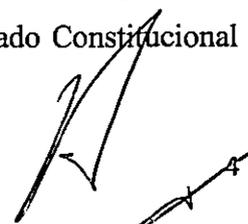
Ao final de cada curso será utilizado o registro reflexivo de forma a identificar se os objetivos propostos foram ou não atingidos, permitindo localizar o alcance das ações educativas nas perspectivas individual, profissional e organizacional.

[iv] Público alvo

Servidores da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, que atuam na área fim ou na assessoria parlamentar.

[v] Objetivos

Consistirá em promover a reflexão, a construção do conhecimento e o desenvolvimento científico a partir da articulação entre o Direito, o desenvolvimento econômico, as relações sociais e políticas, preparando os alunos para o enfrentamento teórico e prático dos desafios do Estado Constitucional brasileiro.



Dentre os objetivos, visa destacar a necessidade de capacitar os servidores para acompanharem e interferirem nas mudanças estruturais do Estado de Mato Grosso, em especial no trabalho desenvolvido no âmbito do Legislativo Estadual, proporcionando-lhes um arcabouço teórico e prático para efetivamente realizarem a construção e a remodelação do Estado Constitucional, além de implementar e divulgar o conhecimento científico, cultural e tecnológico.

A metodologia será desenvolvida por meio de aulas expositivas e dialogadas em que o expositor utilizará de recursos audiovisuais. Aliado a isso, as aulas práticas, com discussão em grupos e exercício envolvendo perguntas e respostas, levará o aluno a intensa reflexão sobre os temas propostos.

Esperamos, através deste programa de formação, prestar a nossa contribuição aos esforços e objetivos da Assembleia Legislativa de Mato Grosso, criando condições favoráveis para que possam desenvolver suas habilidades profissionais.

[vi] Fundamentação

A Escola da Magistratura Mato-Grossense – Emam é órgão da Associação Mato-grossense de magistrados – Amam.

A Emam encontra-se localizada dentro da sede da Amam, tendo como finalidade estimular a pesquisa e o debate jurídico de temas socialmente relevantes, além de colaborar com a formação de novos profissionais vocacionados aos estudos de casos e resoluções de questões jurídicas de alta complexidade.

Entre os objetivos da Emam, se encontra a realização de cursos de extensão, aperfeiçoamento e *in company*, voltados para os magistrados, servidores públicos e bacharéis.

A Emam atua na modalidade *premium* de ensino, com capacitação desenvolvida por professores de alto nível e reconhecida idoneidade.

[vii] Coordenação acadêmica

Dr. Antônio Veloso Peleja Júnior. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015-2018). Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012-2013). Pós-graduado em Direito Constitucional Eleitoral (2007-2009), em Direito Civil e Processual Civil (2000-2001), em Direito Penal e Processual Penal (2002-2003). Graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1989-1993). Professor Adjunto na

Faculdade de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2017-2019). Juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do TJ/MT ano de 2011 (nov.) à 2012 (out.) e biênios 2013-2014 e 2015-2016. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT (2019/2020). Membro do corpo docente da ESMAGIS – Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso. Membro do corpo docente da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso. Diretor de Ensino e Diretor de Pesquisa da Escola da Magistratura Mato-grossense (2014/2016) e Diretor de Pesquisa da mesma instituição (2017/2018).

Msc. Gerardo Humberto Alves da Silva Junior. Mestre em Soluções Alternativas de Controvérsias Empresariais pela Escola Paulista de Direito (2017). Atualmente é professor da Escola Superior da Magistratura Mato-grossense - ESMAGIS, Diretor-geral da Escola da Magistratura Mato-grossense – EMAM e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do TJ/MT no biênio 2019/2020. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: dignidade da pessoa humana; saúde; efetivação; recursos, administração de conflitos, resolução de disputa e processo civil.

[viii] Inscrição e metodologia

Em cada curso a Emam disponibilizará um link para inscrição do servidor. Encerrada a inscrição, será encaminhado para a Assembleia Legislativa o quadro de servidores inscritos, com a data e hora do curso. Finalizado o curso, a Emam emitirá o certificado e informará acerca do comparecimento.

[ix] Reuniões prévias

Caso seja necessário, serão realizadas reuniões prévias entre a Emam e Assembleia Legislativa de Mato Grosso para fins de ajuste no cronograma de execução dos cursos de capacitação, alteração dos temas e fluxos de trabalho.

[x] Programa de capacitação continuada

O programa de capacitação continuada visa o desenvolvimento de 10 (dez) cursos, quais sejam:

[x.a] Direito Eleitoral

Ementa:

- 1 – Ação de captação e/ou gastos ilícitos de recursos – Art. 30-A.
- 2 – Conceito e compreensão do tema. Previsão legal. Caracterização. Natureza jurídica. Objeto jurídico. Efeitos. Proporcionalidade.
- 3 – Aspectos processuais: legitimidade, competência, prazo, rito, sentença e recursos.
- 4 – Ação de Captação Ilícita de Sufrágio – Art. 41-A.
- 5 – Conceito e compreensão do tema. Previsão legal. Conceito. Atos caracterizadores. Natureza jurídica. Independência das instâncias. Constitucionalidade. Bem jurídico. Objeto Jurídico.
- 6 – Efeitos jurídicos. Invalidez das eleições. Conduta. Potencialidade Lesiva.
- 7 – Aspectos processuais: legitimidade, competência, rito, sentença e recursos.

Professor:

Dr. Antônio Veloso Peleja Júnior. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015-2018). Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012-2013). Pós-graduado em Direito Constitucional Eleitoral (2007-2009), em Direito Civil e Processual Civil (2000-2001), em Direito Penal e Processual Penal (2002-2003). Graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1989-1993). Professor Adjunto na Faculdade de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2017-2019). Juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do TJ/MT ano de 2011 (nov.) à 2012 (out.) e biênios 2013-2014 e 2015-2016. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT (2019/2020). Membro do corpo docente da ESMAGIS – Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso. Membro do corpo docente da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso. Diretor de Ensino e Diretor de Pesquisa da Escola da Magistratura Mato-grossense (2014/2016) e Diretor de Pesquisa da mesma instituição (2017/2018).

[x.b] Proibição Administrativa

Ementa:

- 1 – Direito administrativo e sistemas administrativos.
- 2 – Princípios do direito administrativo.



- 3 – Organização administrativa. Introdução. Exercício da função administrativa. Desconcentração e descentralização administrativa. Administração Pública e seus sentidos. Administração Pública direta e indireta. Entidades da Administração Pública. Agentes públicos.
- 4 – Disfunções do controle externo para controle da probidade administrativa.
- 5 – Limitação da responsabilidade administrativa e gestão de riscos como prevenção.
- 6 – Gestão de prevenção de riscos para fins de probidade administrativa. Estratégias para gestão de risco.
- 7 – Tipos de conduta para configuração da improbidade administrativa.
- 8 – O dolo e a culpa.
- 9 – A defesa na ação de improbidade administrativa.

Professor:

Dr. Bruno D'Oliveira Marques. Juiz de Direito da Vara Especialização em Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá-MT. Juiz Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso. Diretor da Escola Judicial Eleitoral do TRE-MT. Presidente do Comitê Estratégico de Gestão Judiciária do TRE-MT. Juiz Auxiliar do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Estado de Mato Grosso - GMF.

[x.c] Violência Doméstica e Familiar Contra a Mulher

Ementa:

- 1 – Violência doméstica e direitos humanos.
- 2 – Violência doméstica e violência de gênero.
- 3 – Identidade de gênero.
- 4 – Perfil da mulher vítima de violência doméstica.
- 5 – Perfil do agressor.
- 6 – Violência doméstica e sensação de impunidade.
- 7 – Tipos de violência.
- 8 – Ciclo da violência.
- 9 – Motivos de permanência da mulher no ciclo da violência.
- 10 – Principais motivos que dão ensejo à violência doméstica e familiar contra a mulher.
- 11 – Notificação compulsória.
- 12 – Casas de amparo e sua efetividade.
- 13 – Efetividade da proteção à mulher e mecanismos legais de enfrentamento.



- 14 – Lei nº 13.675 e a prevenção à violência contra a mulher.
- 15 – Projeto de Lei nº 4.287/2020.
- 16 – Política Nacional de enfrentamento e novos mecanismos de enfrentamento.
- 17 – Evolução legislativa.
- 18 – Aspectos processuais da Lei Maria da Penha.
- 19 – Caráter híbrido da Lei Maria da Penha.
- 20 – Natureza jurídica e rito das Medidas Protetivas de Urgência.
- 21 – Incompetência para ação que verse sobre partilha de bens.
- 22 – Prisão preventiva e a Lei Maria da Penha.
- 23 – Crime de descumprimento de medida protetiva de urgência.
- 24 – Aplicação da Lei Maria da Penha a homens.
- 25 – Atores do sistema de proteção.

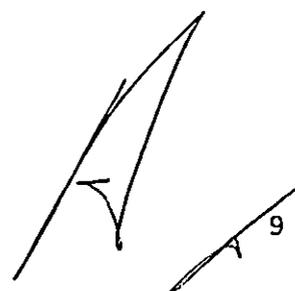
Professor:

Dr. Jeverson Luiz Quintieri. Professor convidado da FGV Direito Rio em curso de MBA em Poder Judiciário. Formador e Tutor da ENFAM - Escola Nacional de Formação de Magistrados. Palestrante e Professor de Direito Penal e de Direito Processual Penal. Conteudista em curso de MASP-Método de Análise e de Solução de Problemas pelo CNJ-Conselho Nacional de Justiça. Finalista do Prêmio Innovare 10 anos. Autor do projeto gafanhoto-prática deferida no Prêmio Innovare-Edição X-2013. Juiz de Direito titular da 2ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cuiabá/MT. MBA em Poder Judiciário pela FGV Direito Rio. Especialista em Engenharia da Produção pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Universidade Estácio de Sá. Autor do método ORDEM de gestão para resultados em unidades judiciais. Autor do método MEECP (Método de Eliminação de Estoque e de Controle de Produção).

[x.d] Redação e Técnica Legislativa

Ementa:

- 1 – Escrita e a elaboração de atos.
- 2 – Aspectos gerais da redação oficial.
- 3 – Orientações básicas para o ato de escrever.
- 4 – Considerações gerais sobre os tipos de redação oficial.
- 5 – Modelos de redação oficial.



- 6 – A escrita e a correspondência oficial.
- 7 – Outras orientações básicas para o ato de escrever.
- 8 – Modelos de redação oficial.
- 9 – A escrita e os dispositivos legais.
- 10 – A linguagem da redação oficial.
- 11 – Modelos de redação oficial.
- 12 – A escrita e os atos administrativos.
- 13 – Sintaxe e Semântica da frase.
- 14 – Modelos de redação oficial.
- 15 – A escrita e os atos reivindicatórios.
- 16 – Problemas recorrentes na produção de textos técnicos.
- 17 – Modelos de redação oficial.
- 18 – Técnica legislativa.

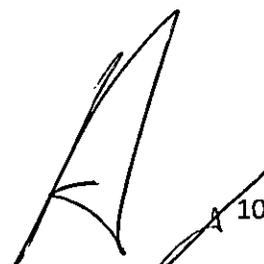
Professor:

Dr. Thiago Fabrício dos Santos. Instrutor da Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso na área de técnica legislativa. Assessor jurídico no TJ/MT, responsável pela elaboração de votos da presidência nos processos administrativos do Tribunal Pleno e do Órgão Especial. Chefe de gabinete. Membro da Comissão responsável pela elaboração do Manual de Redação Oficial do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Assessor jurídico na Presidência do TJ/MT nas gestões dos Desembargadores Orlando de Almeida Perri, Paulo da Cunha, Rui Ramos Ribeiro e Carlos Alberto Alves da Rocha. Professor de técnica para elaboração e redação das leis e do processo legislativo, bem como de português jurídico na Escola dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso.

[x.e] **Direito Constitucional**

Ementa:

- 1 – Noções e conceitos de Constituição.
- 2 – Noções introdutórias.
- 3 – Conceito do Constituição.
- 4 – Constitucionalismo e a classificação.
- 5 – O constitucionalismo.
- 6 – Classificação das constituições.



10

7 – Hermenêutica e normas constitucionais.

8 – Aplicabilidade das normas constitucionais.

Professor:

Dr. Marco Aurélio Marrafon. Doutor (2008) e Mestre (2005) em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, com estudos doutorais (sanduíche) na Università degli Studi di ROMA - Itália, sob orientação do Prof. Eligio Resta. Graduado em direito Universidade Federal de Mato Grosso (2002). É professor da disciplina de Direito e Pensamento Político na graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional - ABDConst. Autor dos livros *Hermenêutica e Sistema Constitucional: A decisão judicial entre o sentido da estrutura e a estrutura do sentido* (Florianópolis:Habitus, 2008) e *O Caráter Complexo da Decisão em Matéria Constitucional: discursos sobre a verdade, radicalização hermenêutica e fundamentação ética na praxis jurisdicional* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010). Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional; Direito Parlamentar, Organização do Estado. Federalismo e Desenvolvimento Regional. Compliance. Efetividade das Políticas Públicas; Teoria da Constituição e Jurisdição Constitucional, Democracia e Direitos Fundamentais; Hermenêutica Jurídica e Decisão Judicial.

[x.f] Governança da Integridade Pública e *Compliance*

Ementa:

- 1 – Comportamento Organizacional, Resiliência e Resistência às Mudanças.
- 2 – Marco legal do Sistema de Integridade Pública.
- 3 – Estratégia da Governança Pública: Gestão de Risco ABNT NBR ISO 31000:2018.
- 4 – Sistemas de Gestão Antissuborno ABNT NBR ISO 37001:2017.
- 5 – Lei Geral de Proteção de Dados [LGPD]: Transparência.
- 6 – Código de Ética e Conduta. Canais de Comunicação
- 7 – Assédio moral e Assédio sexual. Conflito de Interesse.
- 8 – *Accountability* - a importância da prestação de contas.

Professora:

Pós-doutora Cecília Arlene Moraes. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1979), mestrado em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2002), Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-

PUC/Goiás (2012), e Pós-doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2018). Professora Associado IV da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Empreendedorismo, Gestão Estratégica, Gestão de Risco, Governança Pública, Corporativa e *Compliance* atua nos segmentos organizacionais da administração pública, privada e em Cooperativas.

[x.g] Poderes da República

Ementa:

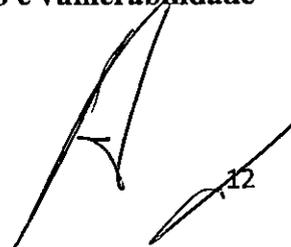
- 1 – Divisão dos poderes.
- 2 – Poder legislativo.
- 3 – Poder executivo.
- 4 – Poder judiciário.
- 5 – Cidadão, cidadania e direitos.
- 6 – Entre o ativismo e passivismo judicial.

Professor:

Mestre Eduardo Calmon de Almeida César. É mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo e é doutorando em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo. Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Atuou como Diretor-Geral da Escola da Magistratura de Mato Grosso (EMAM) no biênio 2019/2020, professor de direito administrativo da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), da Faculdade Cândido Rondon (FCR) e da ESMAGIS (Escola Superior da Magistratura). É professor de direito administrativo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e professor em cursos preparatórios para concursos públicos do CERS e da EMAM. É professor da pós-graduação em Direito Administrativo e Processo Administrativo da ATAME. Aprovado em 1º lugar para o cargo de professor de direito do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Foi Juiz Substituto no Estado de São Paulo (2004), Promotor de Justiça no Estado de Sergipe (2003/2004) e Defensor Público no Distrito Federal (2003). Foi aprovado e nomeado no concurso de Juiz Federal Substituto da 3ª Região (2011). Autor de Livros.

[x.h] Igualdade, gênero e vulnerabilidade

Ementa:



- 1 – Políticas de promoção da igualdade racial.
- 2 – Estatuto da igualdade racial.
- 3 – Princípios das políticas públicas de igualdade racial.
- 4 – Instituição do órgão de promoção da igualdade racial.
- 5 – Vulnerabilidade.
- 6 – Gênero.

Professores:

Dra. Amini Haddad Campos. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, aprovada no concurso público de provas e títulos, em 1999. É Professora Adjunta da Universidade Federal de Mato Grosso, aprovada em concurso público de provas e títulos. Em 2º Doutorado em Direito (Processo Civil) junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Doutora em Direito - Direitos Humanos pela Universidad Católica de Santa Fé - Argentina. Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica-RJ. É Especialista em Direito Civil-1998, Processo Civil-1998, Direito Penal-2000, Processo Penal-2001, Direito Administrativo, Constitucional e Tributário-2004 (Univ. Cândido Mendes). MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas/FGV/RJ. Graduada e Laureada pela Universidade Federal de Mato Grosso (1ª Média-Geral: 9,47). Autora de inúmeros artigos jurídicos nacionais publicados em revistas especializadas, sites e jornais. Autora de livros, tais como: 1. O Devido Processo Proporcional (Lejus/SP); 2. Vulnerabilidades Sociais e Direitos Humanos (Juruá); 3. Direitos Humanos das Mulheres (Juruá-Curitiba), este em co-autoria com a Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Corrêa. É Membro Vitalício da Academia Mato-Grossense de Letras (AML) e da Academia Mato-Grossense de Magistrados (AMA). Foi Presidente desta (AMA: 2012/2015). Professora e Orientadora de Cursos de Pós-Graduação. Palestrante na temática de Direitos Humanos, Gênero e Sistemas de Justiça. Foi Coordenadora de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado de Mato Grosso. Foi Diretora Cultural da Academia Mato-Grossense de Magistrados/AMA. Membro da Associação Internacional de Juízas (International Association of Women Judges/IAWJ) e da Associação Nacional de Magistradas. É Associada e Foi Presidente do Conselho Administrativo da Associação Mato-Grossense de Magistrados/AMAM. É Autora de Projetos nacionais na temática de Gênero, tais como Condição da Mulher, Violência Doméstica e Lei Maria da Penha, estes inclusos, nas diversas amostras, em vídeo, em evento Internacional no Panamá (março/08). Palestrante nas Escolas da Magistratura de todo o país na temática de Direitos Humanos e Gênero. Detém Estágio e Intercâmbio na Suprema Corte da Argentina. Foi Diretora da Secretaria de Gênero da Associação

dos Magistrados Brasileiros. É Professora-Coordenadora do Núcleo Vulnerabilidades/FD-UFMT. Recebeu o Prêmio Nacional Carlota Queirós, por sua atuação à promoção da Equidade de Gênero.

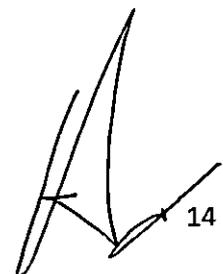
Dr. Jamilson Haddad Campos. Juiz de Direito. Recebeu certificado de reconhecimento 'Selo Diamante' do Conselho Nacional de Justiça, com relação ao desempenho exemplar na atividade jurisdicional da Corregedoria-Geral da Justiça pela atuação na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá/MT. Representante da Região Centro-Oeste na Secretaria da Mulher da AMB. 2ª Vice-Presidente do FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica (Gestão 2021). Curso de Formador de Formadores - FOFO pela ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura. Curso de extensão na Itália pela UNIFCRI das Nações Unidas em Human Rights and Correctional Systems (Direitos Humanos e Sistema Correicional). Mediador Judicial. Capacitador na temática de Direitos Humanos e Equidade de Gênero na ESMAGIS. Professor de Pós-graduação. Palestrante nas temáticas da Justiça Restaurativa, Constelações Familiares, Direito Sistêmico e Violência Doméstica contra a Mulher. Formação e capacitação em Justiça Restaurativa. Formação em Constelação Estrutural. Formação em Constelação Organizacional. Curso de Constelação Familiar e PNL (Programação Neurolinguística) pelo Instituto Você em São Paulo. Pós-graduando em Direito Sistêmico pela Hellinger Schule. Pós-graduado em MBA em Poder Judiciário - Fundação Getúlio Vargas. Coautor do livro Métodos Adequados de Gestão de Conflitos - a serviço da pacificação e humanização da justiça.

[x.i] Cidadania e Direitos Humanos

Ementa:

- 1 – Direitos Humanos – Construção Histórica.
- 2 – Direitos Humanos no Brasil.
- 3 – Direitos Humanos no Século XXI.
- 4 – A questão dos Direitos Humanos na atualidade da pandemia.
- 5 – Democracia, Cidadania e Soberania Popular.
- 6 – Democracia e Justiça Social.
- 7 – Breve História da Democracia.
- 8 – A discussão atual: Porque as Democracias morrem.

Professora:



14

Pós-doutora Liliane Capilé Charbel Novais. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1996), Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015). Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social – ICHS/UFMT. Presidente do Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região MT (2005-2008), Coordenadora de Pós-Graduação da Regional Centro-Oeste da ABEPSS (2011-2012), Líder do Grupo de Pesquisa Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social - GESS e Coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter) UnB/UFMT em Política Social (2017-2021). Professora Permanente PPGPS e PPGHIS UFMT.

[x.j] Estado e Proteção Social no Brasil

Ementa:

- 1 – Formação Social e Econômica do Brasil.
- 2 – Estado Brasileiro forjado na República.
- 3 – Pactos Republicanos para a Proteção Social.
- 4 – Estado de Direito e Estado Democrático de Direito.
- 5 – Estado e Proteção Social no Brasil.
- 6 – Políticas Sociais e Políticas Públicas.
- 7 – Gestão, Controle Social e Financiamento de Políticas Públicas.
- 8 – Política Pública e Legislativo.

Professora:

Pós-doutora Liliane Capilé Charbel Novais. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1996), Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015). Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social – ICHS/UFMT. Presidente do Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região MT (2005-2008), Coordenadora de Pós-Graduação da Regional Centro-Oeste da ABEPSS (2011-2012), Líder do Grupo de Pesquisa Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social - GESS e Coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter) UnB/UFMT em Política Social (2017-2021). Professora Permanente PPGPS e PPGHIS UFMT.

[xi] Quadro de professores

Cada curso contará com uma palestra de abertura ministrada por um Juiz de Direito ou Desembargador do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, com reconhecida capacidade técnica no assunto.

Por sua vez, o quadro dos professores será o seguinte:

Dr. Antônio Veloso Peleja Júnior. Doutor em Direito Processual Civil pela PUC/SP – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (2015-2018). Mestre em Direito Processual pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro (2012-2013). Pós-graduado em Direito Constitucional Eleitoral (2007-2009), em Direito Civil e Processual Civil (2000-2001), em Direito Penal e Processual Penal (2002-2003). Graduação em Direito pela Universidade Federal de Goiás (1989-1993). Professor Adjunto na Faculdade de Direito na Universidade Federal de Mato Grosso – UFMT. Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Juiz-membro do Tribunal Regional Eleitoral de Mato Grosso (2017-2019). Juiz auxiliar da Corregedoria Geral da Justiça do TJ/MT ano de 2011 (nov.) à 2012 (out.) e biênios 2013-2014 e 2015-2016. Diretor da Escola Judiciária Eleitoral do TRE-MT (2019/2020). Membro do corpo docente da ESMAGIS – Escola Superior da Magistratura de Mato Grosso. Membro do corpo docente da Escola Judiciária Eleitoral de Mato Grosso. Diretor de Ensino e Diretor de Pesquisa da Escola da Magistratura Mato-grossense (2014/2016) e Diretor de Pesquisa da mesma instituição (2017/2018).

Mestre Eduardo Calmon de Almeida César. É mestre em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo e é doutorando em Direito do Estado pela Faculdade de Direito da Universidade do Estado de São Paulo. Atualmente é Juiz de Direito do Tribunal de Justiça do Estado de Mato Grosso. Atuou como Diretor-Geral da Escola da Magistratura de Mato Grosso (EMAM) no biênio 2019/2020, professor de direito administrativo da Academia de Polícia Militar Costa Verde (APMCV), da Faculdade Cândido Rondon (FCR) e da ESMAGIS (Escola Superior da Magistratura). É professor de direito administrativo da Universidade Federal de Mato Grosso (UFMT) e professor em cursos preparatórios para concursos públicos do CERS e da EMAM. É professor da pós-graduação em Direito Administrativo e Processo Administrativo da ATAME. Aprovado em 1º lugar para o cargo de professor de direito do Instituto Federal de Mato Grosso (IFMT). Foi Juiz Substituto no Estado de São Paulo (2004), Promotor de Justiça no Estado de

Sergipe (2003/2004) e Defensor Público no Distrito Federal (2003). Foi aprovado e nomeado no concurso de Juiz Federal Substituto da 3ª Região (2011). Autor de Livros.

Msc. Gerardo Humberto Alves da Silva Junior. Mestre em Soluções Alternativas de Controvérsias Empresariais pela Escola Paulista de Direito (2017). Atualmente é professor da Escola Superior da Magistratura Mato-grossense - ESMAGIS, Diretor-geral da Escola da Magistratura Mato-grossense – EMAM e Juiz de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso. Atuou como Juiz Auxiliar da Corregedoria-Geral da Justiça do TJ/MT no biênio 2019/2020. Tem experiência na área de Direito, com ênfase em Direito Público, atuando principalmente nos seguintes temas: dignidade da pessoa humana; saúde; efetivação; recursos, administração de conflitos, resolução de disputa e processo civil.

Dr. Bruno D'Oliveira Marques. Juiz de Direito da Vara Especialização em Ação Civil Pública e Ação Popular da Comarca de Cuiabá-MT. Juiz Membro do Tribunal Regional Eleitoral do Estado de Mato Grosso. Diretor da Escola Judicial Eleitoral do TRE-MT. Presidente do Comitê Estratégico de Gestão Judiciária do TRE-MT. Juiz Auxiliar do Grupo de Monitoramento e Fiscalização Carcerária do Estado de Mato Grosso - GMF.

Dr. Jeverson Luiz Quintieri. Professor convidado da FGV Direito Rio em curso de MBA em Poder Judiciário. Formador e Tutor da ENFAM - Escola Nacional de Formação de Magistrados. Palestrante e Professor de Direito Penal e de Direito Processual Penal. Conteudista em curso de MASP-Método de Análise e de Solução de Problemas pelo CNJ-Conselho Nacional de Justiça. Finalista do Prêmio Innovare 10 anos. Autor do projeto gafanhoto-prática deferida no Prêmio Innovare-Edição X-2013. Juiz de Direito titular da 2ª Vara Especializada em Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher da Comarca de Cuiabá/MT. MBA em Poder Judiciário pela FGV Direito Rio. Especialista em Engenharia da Produção pela Universidade Estácio de Sá. Especialista em Direito Penal e Direito Processual Penal pela Universidade Estácio de Sá. Autor do método ORDEM de gestão para resultados em unidades judiciais. Autor do método MEECP (Método de Eliminação de Estoque e de Controle de Produção).

Dr. Thiago Fabrício dos Santos. Instrutor da Escola dos Servidores do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso na área de técnica legislativa. Assessor jurídico no TJ/MT, responsável pela elaboração de votos da presidência nos processos administrativos do Tribunal Pleno e do Órgão

Especial. Chefe de gabinete. Membro da Comissão responsável pela elaboração do Manual de Redação Oficial do Poder Judiciário do Estado de Mato Grosso. Assessor jurídico na Presidência do TJ/MT nas gestões dos Desembargadores Orlando de Almeida Perri, Paulo da Cunha, Rui Ramos Ribeiro e Carlos Alberto Alves da Rocha. Professor de técnica para elaboração e redação das leis e do processo legislativo, bem como de português jurídico na Escola dos Servidores do Poder Judiciário de Mato Grosso.

Dr. Marco Aurélio Marrafon. Doutor (2008) e Mestre (2005) em Direito do Estado pela Universidade Federal do Paraná - UFPR, com estudos doutorais (sanduíche) na Università degli Studi di ROMA - Itália, sob orientação do Prof. Eligio Resta. Graduado em direito Universidade Federal de Mato Grosso (2002). É professor da disciplina de Direito e Pensamento Político na graduação, mestrado e doutorado em Direito da Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Presidente da Academia Brasileira de Direito Constitucional - ABDConst. Autor dos livros *Hermenêutica e Sistema Constitucional: A decisão judicial entre o sentido da estrutura e a estrutura do sentido* (Florianópolis:Habitus, 2008) e *O Caráter Complexo da Decisão em Matéria Constitucional: discursos sobre a verdade, radicalização hermenêutica e fundamentação ética na praxis jurisdicional* (Rio de Janeiro: Lumen Juris, 2010). Tem experiência na área de Direito, atuando principalmente nos seguintes temas: Direito Constitucional; Direito Parlamentar, Organização do Estado. Federalismo e Desenvolvimento Regional. Compliance. Efetividade das Políticas Públicas; Teoria da Constituição e Jurisdição Constitucional, Democracia e Direitos Fundamentais; Hermenêutica Jurídica e Decisão Judicial.

Pós-doutora Cecília Arlene Moraes. Graduada em Administração pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (1979), mestrado em Saúde e Ambiente pela Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT (2002), Doutorado em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de Goiás-PUC/Goiás (2012), e Pós-doutorado em Administração pela Universidade do Vale do Itajaí - UNIVALI (2018). Professora Associado IV da Universidade Federal de Mato Grosso - UFMT. Tem experiência na área de Administração, com ênfase em Empreendedorismo, Gestão Estratégica, Gestão de Risco, Governança Pública, Corporativa e *Compliance* atua nos segmentos organizacionais da administração pública, privada e em Cooperativas.

Dra. Amini Haddad Campos. Juíza de Direito do Tribunal de Justiça de Mato Grosso, aprovada no concurso público de provas e títulos, em 1999. É Professora Adjunta da Universidade Federal de

Mato Grosso, aprovada em concurso público de provas e títulos. Em 2º Doutorado em Direito (Processo Civil) junto à Pontifícia Universidade Católica de São Paulo - PUC/SP. Doutora em Direito - Direitos Humanos pela Universidad Católica de Santa Fé - Argentina. Mestre em Direito Constitucional pela Pontifícia Universidade Católica-RJ. É Especialista em Direito Civil-1998, Processo Civil-1998, Direito Penal-2000, Processo Penal-2001, Direito Administrativo, Constitucional e Tributário-2004 (Univ. Cândido Mendes). MBA em Poder Judiciário pela Fundação Getúlio Vargas/FGV/RJ. Graduada e Laureada pela Universidade Federal de Mato Grosso (1ª Média-Geral: 9,47). Autora de inúmeros artigos jurídicos nacionais publicados em revistas especializadas, sites e jornais. Autora de livros, tais como: 1. O Devido Processo Proporcional (Lejus/SP); 2. Vulnerabilidades Sociais e Direitos Humanos (Juruá); 3. Direitos Humanos das Mulheres (Juruá-Curitiba), este em co-autoria com a Promotora de Justiça Lindinalva Rodrigues Corrêa. É Membro Vitalício da Academia Mato-Grossense de Letras (AML) e da Academia Mato-Grossense de Magistrados (AMA). Foi Presidente desta (AMA: 2012/2015). Professora e Orientadora de Cursos de Pós-Graduação. Palestrante na temática de Direitos Humanos, Gênero e Sistemas de Justiça. Foi Coordenadora de Direitos Humanos da Escola da Magistratura do Estado de Mato Grosso. Foi Diretora Cultural da Academia Mato-Grossense de Magistrados/AMA. Membro da Associação Internacional de Juízas (International Association of Women Judges/IAWJ) e da Associação Nacional de Magistradas. É Associada e Foi Presidente do Conselho Administrativo da Associação Mato-Grossense de Magistrados/AMAM. É Autora de Projetos nacionais na temática de Gênero, tais como Condição da Mulher, Violência Doméstica e Lei Maria da Penha, estes inclusos, nas diversas amostras, em vídeo, em evento Internacional no Panamá (março/08). Palestrante nas Escolas da Magistratura de todo o país na temática de Direitos Humanos e Gênero. Detém Estágio e Intercâmbio na Suprema Corte da Argentina. Foi Diretora da Secretaria de Gênero da Associação dos Magistrados Brasileiros. É Professora-Coordenadora do Núcleo Vulnerabilidades/FD-UFMT. Recebeu o Prêmio Nacional Carlota Queirós, por sua atuação à promoção da Equidade de Gênero.

Dr. Jamilson Haddad Campos. Juiz de Direito. Recebeu certificado de reconhecimento 'Selo Diamante' do Conselho Nacional de Justiça, com relação ao desempenho exemplar na atividade jurisdicional da Corregedoria-Geral da Justiça pela atuação na 1ª Vara de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher de Cuiabá/MT. Representante da Região Centro-Oeste na Secretaria da Mulher da AMB. 2ª Vice-Presidente do FONAVID - Fórum Nacional de Juízas e Juizes de Violência Doméstica (Gestão 2021). Curso de Formador de Formadores - FOFO pela ENFAM - Escola Nacional de Formação e Aperfeiçoamento da Magistratura. Curso de extensão na Itália pela

UNIFCRI das Nações Unidas em Human Rights and Correctional Systems (Direitos Humanos e Sistema Correicional). Mediador Judicial. Capacitador na temática de Direitos Humanos e Equidade de Gênero na ESMAGIS. Professor de Pós-graduação. Palestrante nas temáticas da Justiça Restaurativa, Constelações Familiares, Direito Sistêmico e Violência Doméstica contra a Mulher. Formação e capacitação em Justiça Restaurativa. Formação em Constelação Estrutural. Formação em Constelação Organizacional. Curso de Constelação Familiar e PNL (Programação Neurolinguística) pelo Instituto Você em São Paulo. Pós-graduando em Direito Sistêmico pela Hellinger Schule. Pós-graduado em MBA em Poder Judiciário - Fundação Getúlio Vargas. Coautor do livro Métodos Adequados de Gestão de Conflitos - a serviço da pacificação e humanização da justiça.

Pós-doutora Liliane Capilé Charbel Novais. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1996), Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015). Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social – ICHS/UFMT. Presidente do Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região MT (2005-2008), Coordenadora de Pós-Graduação da Regional Centro-Oeste da ABEPSS (2011-2012), Líder do Grupo de Pesquisa Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social - GESS e Coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter) UnB/UFMT em Política Social (2017-2021). Professora Permanente PPGPS e PPGHIS UFMT.

Pós-doutora Liliane Capilé Charbel Novais. Graduação em Serviço Social pela Universidade Federal de Mato Grosso (1986), Mestrado em Serviço Social pela Universidade Federal da Paraíba (1996), Doutorado em Serviço Social pela Universidade Federal do Rio de Janeiro (2004) e Pós-Doutorado em História pela Universidade Federal de Mato Grosso (2015). Professora Associada da Universidade Federal de Mato Grosso, Departamento de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Política Social – ICHS/UFMT. Presidente do Conselho Regional de Serviço Social 20ª Região MT (2005-2008), Coordenadora de Pós-Graduação da Regional Centro-Oeste da ABEPSS (2011-2012), Líder do Grupo de Pesquisa Política Social, Direitos Sociais e Serviço Social - GESS e Coordenadora do Doutorado Interinstitucional (Dinter) UnB/UFMT em Política Social (2017-2021). Professora Permanente PPGPS e PPGHIS UFMT.

Curso	Mês de Realização
Direito eleitoral	Abril/2021
Probidade administrativa	Maio/2021
Governança da Integridade Pública e <i>Compliance</i>	Junho/2021
Violência doméstica e familiar contra a mulher	Julho/2021
Direito constitucional	Agosto/2021
Cidadania e direitos humanos	Agosto/2021
Redação e técnica legislativa	Setembro/2021
Poderes da República	Outubro/2021
Igualdade, gênero e vulnerabilidade	Novembro/2021
Estado e Proteção Social no Brasil	Novembro/2021

[xiii] Investimento e forma de pagamento

Cada curso de capacitação será ministrado em 16 (dezesesseis) horas aula, de 50 (cinquenta) minutos cada, com 30 (trinta) vagas.

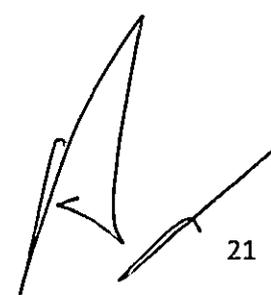
O investimento por vaga é de R\$ 1.900,00 (um mil e novecentos reais), totalizando R\$ 57.000,00 (cinquenta e sete mil reais) para cada curso.

O valor total para a realização dos 10 (dez) cursos de capacitação será de R\$ 570.000,00 (quinhentos e setenta mil reais).

[xiv] Serviços inclusos no valor

No valor estão inclusos os seguintes itens:

- a) divulgação para o público interno da Assembleia Legislativa de Mato Grosso;
- b) contratação de professores;
- c) contratação do pessoal de apoio;
- d) *coffee break*;
- e) passagem, alimentação e hospedagem dos professores, se necessário;
- f) disponibilidade de material de apoio ao aluno (ex.: pastas, canetas, blocos de papel, material didático);
- g) certificação pela Emam;
- h) sala de aula;
- i) estacionamento;

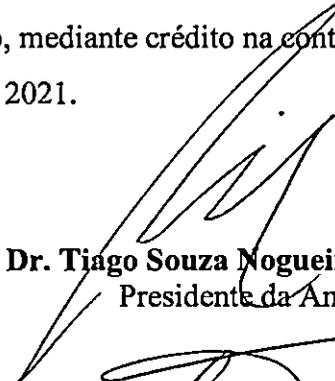


j) segurança.

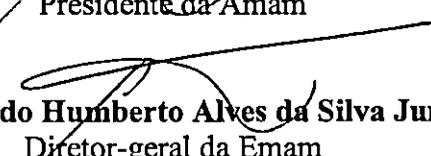
[xv] Informações finais

O faturamento será realizado após a conclusão de cada curso. O pagamento deve ser realizado até 30 (trinta) dias após o faturamento, mediante crédito na conta corrente da contratada.

Cuiabá/MT, 19 de fevereiro de 2021.



Dr. Tiago Souza Nogueira de Abreu
Presidente da Amam



Dr. Gerardo Humberto Alves da Silva Junior
Diretor-geral da Emam